

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Correio Brasileiro

Class.: Mineração em Als 23

Data: 20 de Novembro de 1983

Pg.: \_\_\_\_\_

## Indigenistas são contra

### a garimpagem

Cuiabá — O Centro de Documentação de Terra e Índio (CTDI), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) reagiram ontem contrariamente à notícia veiculada pela imprensa, dando conta de que o Governo Federal, via decreto, permitia à Fundação Nacional do Índio abrir as áreas indígenas para empresas particulares explorarem minérios.

“Essa atitude do Governo abre um precedente perigoso, que culminará na total desestruturação social e numa brusca e violenta mudança econômica de grupos indígenas que ainda vivem primitivamente, além de provocar graves problemas para a própria Funai, que terá que ampliar sua ação para fiscalizar as empresas que conseguirem alvarás de pesquisa nessas áreas”, argumentam os indigenistas.

Eles destacam também que o esquema de exploração imposto aos garimpeiros, que são obrigados a aproveitar os recursos naturais da região, causará o extermínio da caça e da pesca, tão essencial à sobrevivência dos povos indígenas, sem contar com a poluição dos rios.

“Será o fim das tribos indígenas, pois os garimpeiros trazem consigo as doenças infecto-contagiosas, sem citar os interesses capitalistas que naturalmente não levam em consideração o índio como ser humano”, frisam.

De acordo com dados do Departamento Nacional de Produção Mineral, em Mato Grosso há inúmeras empresas com alvarás de pesquisa protocolados. Esses alvarás permitem às empresas prazo de três anos para efetuar suas pesquisas. Obviamente, no caso de propriedades particulares, há indenização pelos danos e estragos causados à terra que, impreteavelmente, com a mineração, torna-se impraticável para a prática da agricultura e pecuária.

Os indigenistas com documentos históricos nas mãos, lembram que Mato Grosso foi desbravado por bandeirantes, que vieram exatamente em busca de pedras preciosas: “Basta citar que o desaparecimento dos índios parecis e baikaís, além de outras nações, no início do século, se deu em função da garimpagem. Posteriormente os índios “canoeiros” (rikt-basa), os “salumans”, bem como os “cinta-larga”, no Norte do Estado, sofreram verdadeiros massacres por parte dos garimpeiros. Já nos anos 60, aconteceu a dizimação de grupos de índios cinta-larga na boca dos rios Roosevelt e Juruena, por garimpeiros.

Preocupados com esse decreto, que propiciará a invasão das terras, eles fizeram um levantamento inicial de empresas que já atuam nessa atividade em áreas indígenas. No Norte do Estado, numa área interditada pela Funai, de aproximadamente 700 mil hectares, há as seguintes empresas operando: A Sopemi, Sociedade de Exploração de Pesquisa de Mineração, de um grupo anglo-americano consorciado com o Bozano Simonsen; a Mineração Garibal Ltda, que adquiriu os direitos da Mineração Rondon (propriedade do deputado federal Bento de Souza Porto, (PDS-MT), e da qual faz parte a empresa South American Placers do Brasil (capital boliviano, mexicano e brasileiro); a União Exploração Mineral; e a Promissa, esta última subsidiária da multinacional canadense Bracan. A Sopeme, por exemplo, detém dezenas de subsidiárias na região com alvarás de pesquisa, o que lhe permite controle de grandes áreas.

E nessa região, há mais de mil garimpeiros, dos quais muitos já próximos de aldeias indígenas dos “cinta-larga”. Além disso, existem ainda vários grupos arredios que podem sofrer os efeitos desastrosos com a invasão oficial das terras”, que certamente irá atrair milhares de outros garimpeiros.

As empresas nacionais e multinacionais que operam naquela região mantêm suas áreas com um rígido controle de segurança, normalmente através de indivíduos fortemente armados, que proibem a entrada de qualquer pessoa, exceto quando se trata de funcionários de órgãos federais.